

Recebido, Autue-se e
Inclua em pauta.
22 NOV 2010
Secretário

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

ESTADO DE RONDÔNIA
Assembléia Legislativa
22 NOV 2010
Protocolo 009/10
Processo 009/10



Proposto de Emenda
Constitucional

Nº 039/10

AUTOR Coletivo

Modifica parágrafo a artigo da
Constituição estadual.

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado Promulga a
Seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º. O § 7º do artigo 104 da Constituição estadual passa a vigor
com a seguinte redação:

§ 7º. Aplica-se à carreira de Procurador de Autarquia do Estado e
Advogado da Assembléia Legislativa o disposto no § 6º deste artigo”.

Art. 2º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua
publicação.

Luiz Cláudio Pereira Alves
Deputado Estadual - PTN
2º Vice Presidente - ALE/RO

Neri Firgolo

Deputado Luiz Jidalias
Bairro Amaranhe, 300 - Bairro Amaranhe
CNP 70000-004 - Porto Velho - RO

Luizinho Goebel
Deputado Estadual - PV


Neodi Carlos Francisco de Oliveira
Presidente

Francisco I. dos Santos
DEPUTADO ESTADUAL

Albino da Anjo
Deputado Estadual

KAKA MENEZES
Deputado Estadual

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO			
		<p>Proposto de Emenda Constitucional</p>	

AUTOR Coletivo

JUSTIFICATIVA

A proposta visa estabelecer a isonomia entre os advogados da assembléia legislativa, que tem a mesma atribuição do procurador do estado, conforme disposto no art. 252 da Constituição Estadual, e está de acordo com a disposição do disposto nos artigos 37, XI, e 39, § 4º, da Constituição Federal.

A Advocacia Geral da Assembléia Legislativa, atualmente, é composta por apenas seis advogados, de um total inicial de vinte e três, quando da sua implantação, em 1982. Alguns se aposentaram, outros saíram do serviço público e outros se submeteram a concurso público em outros órgãos da administração pública, inclusive federal.

A Advocacia Geral sempre se pautou pela eficiente assessoria à Mesa Diretora, em defesa das prerrogativas do Poder Legislativo, inclusive elaborando pareceres sobre a legalidade dos atos administrativos, e como preceito constitucional estadual, os advogados do Poder Legislativo *promoverão a defesa dos interesses legítimos do Parlamento Estadual, incluídos os de natureza financeiro-orçamentária...* (Constituição Estadual, art. 252).

É visível o crescimento dos trabalhos executados pela Advocacia Geral do Poder Legislativo do Estado de Rondônia, que vem desenvolvendo trabalhos eficazes, tanto na esfera judicial, bem como no âmbito administrativo, de forma eficiente e de qualidade para tanto resguardando as atribuições do Poder Legislativo, Senhores Deputados, Servidores e da Sociedade Rondoniense.

Dep. Estadual José Amador dos Santos
2º Secretário

KAY MENDONÇA
Deputado Estadual

Dep. Estadual Neri Figueiro
1º Secretário

Dep. Estadual Luiz Cláudio Pereira Alves
2º Vice Presidente - PTN

Francisco de Jesus
DEPUTADO ESTADUAL

Neodi Carlos Francisco de Oliveira
Presidente

Dep. Estadual José Amador dos Santos
2º Secretário

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO



**Proposto de Emenda
Constitucional**

Nº _____

AUTOR Coletivo

Os Advogados, em razão de seu mister, estão sempre à disposição para trabalhos - fora de horário normal de trabalho - muitas vezes - encerrando suas atividades no âmbito da ALE/RO, muito além da jornada.

Diversos ex-servidores comissionados ingressaram em juízo com ações de cobrança, reclamações trabalhistas de verbas objetivando o recebimento de verbas rescisórias e, após a defesa apresentada pela Advocacia da Assembléia, os pedidos foram julgados IMPROCEDENTES e outros estão em grau de recurso, evitando que esta Casa pagasse valores indevidos.

A proposta, assim, encontra-se revestida de legalidade e constitucionalidade.

Luiz Cláudio Pereira Alves
Deputado Estadual - PTN
2º Vice Presidente - ALE/RO

Neodi Carlos Francisco de Oliveira
Presidente

Francisco I. dos Santos
DEPUTADO ESTADUAL

KAKA MENDONÇA
Deputado Estadual

Deputado Tiziu Jidalias
Rua Major Amaranth, 390 - Bairro Algodão
CEP 78300-404 - Porto Velho - RO


José Ribamar de Araújo
Deputado Estadual

Luizinho Goebel
Deputado Estadual - PV

Dep. Estadual José Amaun dos Santos
2º Secretário

Neri Firgolo

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO			
		Proposto de Emenda Constitucional	Nº _____

AUTOR Coletivo

SUBSTITUTIVO

Acrescenta parágrafo a artigo da Constituição Estadual.

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado Promulga a Seguinte Emenda Constitucional:

Art. 1º. Acrescenta o § 8º ao artigo 104 da Constituição Estadual com a seguinte redação:


“§ 8º. Aplica-se à carreira de Advogado da Assembleia Legislativa o disposto no § 6º deste artigo”.

Art. 2º. A implementação do disposto no § 6º do art. 104 da Constituição Estadual dependerá de lei regulamentadora de iniciativa do Chefe do Poder respectivo.

Art. 3º. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

[Handwritten signatures and initials are present in the bottom section of the document, including a large signature on the left and several others on the right and bottom center.]

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO			 Nº _____
Proposto de Emenda Constitucional			

AUTOR Coletivo

JUSTIFICATIVA


A proposta visa estabelecer a isonomia entre os advogados da assembléia legislativa, que tem a mesma atribuição do procurador do estado, conforme disposto no art. 252 da Constituição Estadual, e está de acordo com a disposição do disposto nos artigos 37, XI, e 39, § 4º, da Constituição Federal.

A Advocacia Geral da Assembléia Legislativa, atualmente, é composta por apenas seis advogados, de um total inicial de vinte e três, quando da sua implantação, em 1982. Alguns se aposentaram, outros saíram do serviço público e outros se submeteram a concurso público em outros órgãos da administração pública, inclusive federal.

A Advocacia Geral sempre se pautou pela eficiente assessoria à Mesa Diretora, em defesa das prerrogativas do Poder Legislativo, inclusive elaborando pareceres sobre a legalidade dos atos administrativos, e como preceito constitucional estadual, os advogados do Poder Legislativo *"promoverão a defesa dos interesses legítimos do Parlamento Estadual, incluídos os de natureza financeiro-orçamentária..."* (Constituição Estadual, art. 252).

É visível o crescimento dos trabalhos executados pela Advocacia Geral do Poder Legislativo do Estado de Rondônia, que vem desenvolvendo trabalhos eficazes, tanto na esfera judicial, bem como no âmbito administrativo, de forma eficiente e de qualidade para tanto resguardando as atribuições do Poder Legislativo, Senhores Deputados, Servidores e da Sociedade Rondoniense.

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO			
		<p>Proposto de Emenda Constitucional</p>	Nº _____

AUTOR Coletivo

Os Advogados, em razão de seu mister, estão sempre à disposição para trabalhos - fora de horário normal de trabalho - muitas vezes - encerrando suas atividades no âmbito da ALE/RO, muito além da jornada.

Diversos ex-servidores comissionados ingressaram em juízo com ações de cobrança, reclamações trabalhistas de verbas objetivando o recebimento de verbas rescisórias e, após a defesa apresentada pela Advocacia da Assembléia, os pedidos foram julgados IMPROCEDENTES e outros estão em grau de recurso, evitando que esta Casa pagasse valores indevidos.

A proposta, assim, encontra-se revestida de legalidade e constitucionalidade.

[Handwritten signatures and initials]

cont.

[Handwritten signature]